

Da racionalidade à subjetividade: educação estética e sensibilidades nas cartas de Friedrich Schiller¹

From rationality to subjectivity: aesthetic education and sensitivity in Friedrich Schiller's letters

De la racionalidad a la subjetividad: educación estética y sensibilidades en las cartas de Friedrich Schiller

Mário de Faria Carvalho - Universidade Federal de Pernambuco | Núcleo de Design e Comunicação | Recife | PE | Brasil. E-mail: mariofariacarvalho@gmail.com 

Graciele Maria Coelho de Andrade Gomes - Universidade Federal de Pernambuco | Núcleo de Design e Comunicação | Recife | PE | Brasil. E-mail: andradegraciele@yahoo.com.br 

Resumo: Neste artigo refletimos sobre a formação estética do homem a partir do diálogo estabelecido entre Friedrich Schiller e o Duque de Augustenburg, o que conhecemos hoje como as cartas de Schiller. Busca-se problematizar alguns pressupostos teóricos presentes nestas cartas a respeito da pessoa e de como este constrói sua subjetividade a partir de sensações estéticas. É assumido, na presente investigação, o objetivo de compreender a (des)valorização do sensível e o (des)equilíbrio entre natureza humana, sensibilidade e educação estética do homem, tendo as cartas de Schiller como universo de reflexão. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo. As premissas apresentadas no presente estudo apontam que as questões suscitadas pelo filósofo continuam atuais à compreensão sobre como a formação estética dialoga com a constituição das subjetividades, da moral e, principalmente, com a valorização das sensibilidades enquanto mobilizadoras da existência humana.

Palavras-chave: Educação. Estética. Sensibilidades. Schiller.

Abstract: In this article, we reflect on the aesthetic formation of man from the dialogue established between Friedrich Schiller and the Duke of Augustenburg, what we know today as the letters of Schiller. We try to problematize some theoretical assumptions present in these letters regarding the subject and how this constructions shapes subjectivity from aesthetic sensations. The objective of this research is to understand the (de) appreciation of the sensitive and the (dis) equilibrium between human nature, sensibility and aesthetic education of man, with Schiller's letters as a universe of reflection. It is a research of a bibliographic nature, of an exploratory-descriptive nature. The premises presented in the present study point out that the questions raised by the philosopher are still present to the understanding of how aesthetic formation dialogues with the constitution of subjectivities, morality and, above all, with the appreciation of sensitivities as mobilizers of human existence.

Keywords: Education. Aesthetics. Sensitivities. Schiller.

Resumen: En este artículo reflexionamos sobre la formación estética del hombre a partir del diálogo establecido entre Friedrich Schiller y el duque de Augustenburg, lo que hoy conocemos como las cartas de Schiller. Buscamos problematizar algunas presuposiciones teóricas en estas cartas sobre la persona y cómo construye su subjetividad basada en sensaciones estéticas. Se supone, en la presente investigación, el objetivo de comprender la (des) valoración de lo sensible y el (des) equilibrio entre la naturaleza humana, la sensibilidad y la educación estética del hombre, teniendo las cartas de Schiller como un universo de reflexión. Esta es una investigación bibliográfica, exploratoria y descriptiva. Las premisas presentadas en el presente estudio señalan que las preguntas planteadas por el filósofo siguen vigentes para comprender cómo la formación estética dialoga con la constitución de subjetividades, morales y, especialmente, con la apreciación de las sensibilidades como movilizadores de la existencia humana.

Palabras clave: Educación. Estética. Sensibilidades. Schiller.

¹ Trata-se de estudo desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisas Transdisciplinares sobre Estética, Educação e Cultura (UFPE-CAA/CNPq), durante os anos de 2017 e 2018.

1 Introdução

Pensar a intersecção entre educação e subjetividade se traduz no desafio de refletir as sensibilidades enquanto trajetos de encontro entre esses dois campos. O imaginário coletivo – mergulhado na perspectiva estática, supostamente neutra e hermética sobre a noção de verdade – segue traduzindo a capacidade humana de sentir e de dar sentido às coisas enquanto aspecto excêntrico. Visões de mundo plurais e inacabadas são subjugadas frente à elevação da racionalidade positivista.

Essas premissas ganham forma em diversos espaços e discursos que cercam a formação humana. Por outro lado, esse debate reflete o fracasso de se tentar compreender a diversidade da realidade por uma visão de mundo racional-binária. Considerando o imperativo da superação do racionalismo puro, consideramos neste estudo a necessidade de novos caminhos à formação da pessoa, que lhe estimulem a ver/perceber o mundo por uma “razão sensível”, como sugere Michel Maffesoli (1998).

Nesse sentido, conjecturamos e buscamos apresentar neste ensaio um esboço do que pode ser considerada uma crítica à valorização do racional enquanto perspectiva permanente e influenciadora na formação do modo como a pessoa percebe a realidade. Para tanto, partimos da reflexão a respeito da educação estética do homem, e, assim, problematizamos algumas possibilidades desse trajeto a partir da filosofia de Friedrich Schiller (1759-1805).

As discussões deste filósofo sobre estética e política, as quais não estão necessariamente niveladas com as questões da visão kantiana do dever, fundamentaram novos horizontes para discussões e intersecções entre a estética e as sensibilidades. Contribuíram para uma reflexão capaz de elevar a arte a uma ciência filosófica que possui potencial de dar forma à alma humana (SÜSSEKIND, 2011). Reposicionou a liberdade da pessoa a uma dimensão sintonizada e em equilíbrio com sua subjetividade – condição estabelecida na medida em que este contempla o belo a partir de seu estado de espírito momentâneo – discute-se a pessoa e o alcance das diversas sensibilidades por meio de sua auto projeção simbólica. A discussão se torna pertinente na busca por compreender a formação estética da pessoa e a subjetivação do mundo, aspectos que se fragilizam frente às exigências sempiternas da racionalidade mecanicista, ainda presentes na contemporaneidade.

O racionalismo extremo tem traduzido a imagem de uma pessoa marcada pelo egoísmo e pelo esquecimento do outro. Trata-se de reafirmar os impulsos pessoais – que são antagônicos à consideração da subjetividade – enquanto ética primeira. Assim, o egoísmo, a técnica e a racionalidade positivistas inviabilizam diversas experiências sensíveis e negam a possibilidade da existência que prioriza os sentidos.

Essa desvalorização do sensível em detrimento da supervalorização do racional, como já citado anteriormente, aparece de forma cíclica e já era motivo de reflexões desde o século XVIII. Friedrich Schiller, o filósofo alemão a quem recorremos como fonte teórica para este estudo, preocupava-se com este fenômeno. Afirmou ser a sensibilidade o ponto chave de suas proposições (HAUSER, 1995). A sua preocupação com a desconsideração do sensível pela pessoa e com a violência histórica – referia-se à Revolução Francesa – acaba por ser o cerne de todo o diálogo estabelecido entre ele e o Duque de Augustenburg, o que conhecemos hoje como as Cartas de Schiller.

As cartas apresentam aspectos ligados à sociedade da época, final do século XVIII, em que foram escritas, os quais muito se aproximam de questões vividas na contemporaneidade. Nessas cartas a arte é apresentada como um meio de se pensar os problemas sociais, a partir de uma educação estética, a qual objetivaria a formação plena do ser, e que se daria por meio do equilíbrio entre sentimentos opostos e, ao mesmo tempo, elementares à condição humana, que são os impulsos, formal e sensível. A estética tornar-se-ia, então, o que é possível vivenciar e construir a partir da arte, a recriação harmoniosa dos dois impulsos ligados à natureza humana.

O eterno apelo ao positivismo, à pragmática e à técnica, no qual não há espaço para a emoção e as subjetividades, desperta sentimentos que se associam ao dispensável. Antagonicamente, enxergamos no retorno às sensibilidades o equilíbrio entre a razão e a emoção, acreditando ser esta uma definição mais adequada para o que é, de fato, a capacidade humana de representar a realidade. O mundo subjetivo/emocional tem íntima relação com a construção da percepção estética das coisas, faz refletir as experiências sensíveis e afetuosas presentes no cotidiano.

A racionalidade a qual fomos – e ainda somos – sujeitos faz com que percebamos o mundo sob um olhar negligente, no qual o discurso estritamente racional não nos permite imaginar, vivê-lo e senti-lo de maneira mais plural e lúdica. Deste modo, a suposta

imparcialidade e distanciamento frente às experiências estéticas do cotidiano não devem ganhar, indubitavelmente, mais força.

É com base em tais pressupostos que encontramos a necessidade de se refletir sobre a educação estética, noção que nos permite pensar um ser livre e completo, integrado sensivelmente ao mundo. Partindo desta perspectiva, este estudo assume como problemática de pesquisa o seguinte questionamento: quais as premissas teóricas presentes nas cartas sobre educação estética e sensibilidades? Ainda, outras questões secundárias se somam a problemática eleita, tais como: é possível refletir, a partir das cartas de Schiller, a (des)valorização do sensível e da educação estética? Que questões são suscitadas sobre a díade racionalidade/sensibilidade no pensamento do autor? Assim, o objetivo geral do presente estudo é de refletir, a partir das cartas de Schiller, a (des)valorização do sensível e da educação estética.

Propomos, assim, os seguintes objetivos específicos: discutir os conceitos estéticos presentes nas Cartas de Friedrich Schiller; e propor um debate crítico-estético, a respeito da (des)valorização do sensível na sociedade contemporânea.

A justificativa por estudar os temas educação estética e (des)valorização do sensível, com ênfase na obra epistolar sobre estética de Schiller, se deve, principalmente, à necessidade de equilibrar, problematizar o racional frente ao sensível, pensando a sensibilidade enquanto trajeto à superação do racional como paradigma fundante da existência humana, ressaltando a compreensão do mundo a partir das subjetividades e do sensível.

2 Estética e sensibilidade nas cartas de Friedrich Schiller

Pensar o espaço/tempo no qual Friedrich Schiller viveu suas experiências de vida, levando em consideração as possíveis visões de um momento de agitação política tão intensa como foi o da Revolução Francesa (1789-1799), leva-nos a compreender o desconforto do filósofo quanto à depreciação do sensível e, logo, sua defesa pela reconciliação entre racionalidade e sensibilidade como caminho ao enobrecimento do humano.

Essa reconciliação tratar-se-ia de uma condição refletida enquanto tarefa infinita, jamais findada no decorrer do processo de formação da pessoa, este que, muitas vezes, segundo Schiller (2002, p. 36): “ergue-se aquém e além para tomar pela violência aquilo que em sua opinião lhe é injustamente recusado”. O filósofo compreende a sobreposição da sensibilidade pela

irracionalidade/força como resultado de um despertar em relação à sua condição de “longa indolência, [...] ilusão infligida a si próprio” (SCHILLER, 2002, p. 36). Sobre essa condição Greuel (1994) alude que a pessoa, em sua busca pela autonomia e plenitude, revogaria a si mesmo e sua subjetividade a partir de uma alienação e um modo de vida repartido.

As premissas schillerianas indicam que a compreensão do ser se faz pelo entendimento da importância de sua própria existência em congruência com o reconhecimento de sua natureza mista, percebida a partir de impulsos distintos e elementares à própria condição humana, sendo eles: o impulso sensível e o impulso formal (SCHILLER, 2002). Tais impulsos fundamentam a tensão entre a sensibilidade e a razão como constituidoras do ser. Esse conflito é parte presente no processo de busca pela completude do humano, no modo como se concebe a exterioridade e, especialmente, sobre como aquele se submete à realidade fora de si, às leis da necessidade.

Esse trajeto perfaz a natureza mista da pessoa. Nele o reconhecimento do ser parte de sua trajetória histórica e social, assumidas em permanente diálogo. Na tentativa de se compreender o ser humano a estética pode conduzir o fluxo dos pensamentos. Sob um olhar schilleriano, trata-se do modo de construir o mundo subjetiva e objetivamente, de estabelecer o que Silva (2001) denomina de uma teoria baseada em fases evolutivas, a qual busca, a partir da beleza, instituir um ser livre e em estado de equilíbrio, em harmonia quanto a sua essência sensível e racional, como aduz Suzuki (2014).

De acordo com Schiller, a natureza sensível da pessoa parte da realidade e da ampliação de sua percepção sobre o que é visível ou não. É o “estar em nós” e não o “nós no tempo”. É transformar em mundo o que não passava de forma. Esse trajeto desperta as disposições da humanidade e constitui outros mundos, uma sensação que afirma quem a pessoa é em um dado momento e sob um dado olhar (BARBOSA, 2004). Esta noção de tempo é o que Schiller (2002) denomina como estado, a saber, momento no qual se une, de forma universal, a multiplicidade das pessoas e de suas particularidades, a imaginação alcançada e construída a partir do olhar sensível. Naquela dimensão conceitual transborda a natureza da pessoa enquanto ser infinito, pessoa, e, no estado, eleva-se o “si mesmo” e suas determinações. Proposição acerca da convivência entre o racional (pessoa) e o mutável de seu estado, o que Schiller (2002, p. 61) aduz ao mencionar que “o homem, pois, representando em sua perfeição, seria a unidade duradoura que permanece eternamente a mesma nas marés da modificação” e “na medida somente em que se modifica, ele existe; na medida somente em que permanece imutável, ele existe” (SCHILLER,

2002, p. 56). Em posição oposta, a natureza racional exige a formalidade absoluta desse quadro. Procura formar o exterior ao mundo de um suposto modo que se permita a constituição de leis válidas e imutáveis, quebrando a “lógica” do sensível.

Schiller (2002) propõe pensar a racionalidade sem negar a sensibilidade. Defende que esta seja a tônica da formação humana e que por ela a pessoa seja capaz de alcançar outras visões de mundo, atribuindo a ele novos significados. A sensibilidade deve provir de uma formação estética que valorize o humano, a qual deve ter por objetivo desenvolver, simultaneamente, sensibilidade e razão a partir do belo. Afirma-se, com isso, a importância do saber estético para a formação do indivíduo e para a superação da técnica positivista e da racionalidade hermética enquanto máximas do modo pelo qual se conhece e se recria o mundo (BARBOSA, 2004).

Schiller concebe a beleza como ideal superior platônico – eterna e indivisível – que estaria num ponto de equilíbrio entre o olhar e a experiência (realidade). A beleza platônica tem um revérbero na obra de arte, nela se constitui e se arranja diversas realidades. Considera a beleza ideal como único referencial capaz de guiar a sensibilidade e o humano. Valoriza a obra de arte ao afirmar que: “[...] a beleza no plano da experiência será pelo contrário, eternamente dupla, porque numa oscilação pode ser perturbado o equilíbrio de duas maneiras” (SCHILLER, 2002, p. 65). Este equilíbrio proposto pela estética surge como uma fusão cuidadosa de dois elementos que mobilizam o indivíduo: o sentimento e o entendimento.

Ao pensar a estética estamos discutindo a percepção pelos sentidos. De tudo o que afeta o modo como percebemos as coisas e que ajuda a construir significados capazes de interligar o campo da razão ao das experiências. Conforme Süsskind (2011), seu potencial está no mundo sensível, para além da razão, no qual toda experiência cotidiana é potencial e subjetivamente, uma existência estética. Nesse sentido, é capaz de desafiar o nosso intelecto e formar uma resposta quanto ao que foi observado ou vivido. Logo, a estética se consolida na sensibilidade do ser. É, para Schiller, associada ao caminho que leva ao aperfeiçoamento ético-sensível da pessoa. Quando se pensa os valores estéticos superiores – o belo, o feio, a verdade e outros – que conseguem instigar a percepção emocional do mundo no espírito do ser, a pessoa alcança um estado de liberdade irrestrita e se torna equilibrado (SÜSSEKIND, 2005).

Schiller defende reconstituir a unidade da natureza humana e chegar à liberdade pela unificação dos impulsos antagônicos (SÜSSEKIND, 2011), considerando como nobre aquele que

desperta para essa possibilidade. Acrescentando, ainda, que no ‘estado estético’ todos os cidadãos são livres, independentes. Considerando assim que, neste estado, existe um ‘ideal de igualdade’.

O envolver das sínteses social e política, assim como o caráter simbólico da arte, são traços mais amplos da beleza e são construídos pela natureza humana, sendo, a beleza, a dimensão essencial e mais pura de nossa natureza. Para Schiller (2002, p.141): “Só a beleza faz feliz a todo mundo; e todos os seres experimentam sua magia e todos esquecem a limitação própria”.

Pela cultura estética a pessoa, além de alcançar mais liberdade, torna-se mais humana e atinge certo equilíbrio (SÜSSEKIND, 2011). Para Schiller, é por meio da beleza que a pessoa se aproxima da liberdade, a qual permite o surgimento da ideia de humanidade e une o singular ao múltiplo, o indivíduo à espécie e o subjetivo ao objetivo. Podemos compreender que todas essas combinações da beleza são o que influenciam a perceber, na visão de Schiller, que a beleza é ato (SILVA, 2001), diferentemente da percepção presente na filosofia kantiana em que é algo puramente metafísico.

Tem-se a beleza como a unificação da natureza sensível e formal (SÜSSEKIND, 2011), como o entendimento racional da impressão que se tem pela leitura da forma. Assim: “[...] o belo permite ao homem uma passagem da sensação ao pensamento” (SCHILLER, 2002, p. 96). Trata-se do ideal de beleza do ser, o que o faz ser completo em si mesmo e o que o liberta da disputa entre a precisão de espírito e a escassez da matéria. Deste modo, a pessoa em estado de liberdade é constituída em sua própria subjetividade. Logo, a pessoa é seu próprio fundamento, permanentemente, e onde apenas pelo desempenho conjunto das suas duas naturezas – racional e sensível – pode encontrar a existência plena.

Por isso, a experiência estética, ao dar liberdade à pessoa, apresenta-se como terreno fértil ao conhecimento, permitindo a partir do gosto alcançar a plena subjetividade. Pensamos, assim como Barbosa (2005), que o gosto consegue favorecer a moralidade ao eliminar obstáculos externos que evitariam a determinação lógica da vontade. Uma vez que levemos em conta o que Schiller (2002) institui como liberdade física, aquela onde apenas se segue a vontade. Diferentemente da liberdade moral, que nasce como uma nova aspiração, relacionada com a prudência, a qual seria alcançada nesse trajeto de contemplação e vivências.

Assim pensemos no gosto como particularidade das pessoas consideradas sensíveis e que são capazes de controlar seus impulsos. É nessa capacidade de manter-se firme e de conter-se,

que floresce racionalmente a vontade livre e que, conforme Barbosa (2005), desenha as nuances de Schiller sobre esse ato/potência. O autor ainda define essa noção como liberdade estética, sendo por essa cultura que a sensibilidade toca a pessoa e esta se recompõe frente a vontades vazias de sentido decorrentes de sua condição humana em si.

Schiller (2002) distingue a subjetividade da pessoa e sua existência a partir de um acordo interior, ou seja, consigo mesma, uma vez que ao reconhecer o fato daquela ser fundamentada em si, não seria possível tentar ser o que não se é, na experiência. Somos também o que sentimos, sem haver espaço para o ‘estar fora de si’. A pessoa entenderia seu ‘ser sensível’ e o seu ‘ser formal’. É por meio da interação entre esses impulsos que Schiller (2002) alude a um terceiro, o que seria capaz de trazer harmonia para os citados anteriormente. Trata-se do ‘impulso lúdico’, algo exterior à pessoa e à arte e que surge pela estética. O lúdico, segundo Nunes (2006, p. 55), “liberta o homem do julgo da natureza exterior e das exigências racionais exclusivistas”. É uma força livre, de ordem espiritual, que harmoniza a matéria que está nos sentidos com a forma que é ação do pensamento.

Deste modo, a educação estética da pessoa parte do equilíbrio dos impulsos presentes em nossa natureza mista, colocados por Schiller em suas cartas sobre a estética, nas quais o autor pensa o uso do recurso estético em nossa constituição enquanto indivíduos. Esta acontece por meio da intermediação do belo. A obra de arte é o instrumento de aperfeiçoamento, é vista como um instrumento em transformação constante, que assimila e ressignifica o mundo. Trata-se de um ser formado por prazeres, que são vividos a partir dos sentimentos e dos sentidos construídos pela e na própria pessoa, em seu refinamento, que transcende sua condição técnica e racional.

3 O retorno do sensível: formação estética do homem e outras nuances schillerianas

Aprofundando-se na discussão trazida nas cartas de Schiller de número cinco e número seis, que abordam o desligamento ou a falta de entrosamento que existiria entre o mundo e os sujeitos à margem dele, consegue-se visualizar alguns reflexos da consideração desses indivíduos como o *outro*, aspectos que se fundamentam em uma visão de mundo hegemônica, burguesa e ocidental. Este modelo de relação não poderia permitir que os seres humanos tivessem trilhado um caminho menos amargo tal qual o que se tem percorrido, nem permitir, também, que as leis fossem tão mal recebidas pela população como são hoje em dia, resultado característico das

discrepâncias sociais permitidas por representantes do povo, que não pensam a multiplicidade social que compõe a sociedade.

Assim, as sociedades – marcadas pela desvalorização do que é ligado à subjetividade – tendem a realçar o egoísmo frente às virtudes, como o amor e o altruísmo (HAUSER, 1995). A formação sensível, decorrente do trajeto estético, torna-se uma maneira possível de repensar o viver em coletividade e proporcionar novas perspectivas para lidar com os problemas advindos do modelo de vida racional-binário que nos foi imposto. Contribui com a compreensão das múltiplas identidades das pessoas, tal como as encontradas nas cartas schillerianas, representadas pelo autor como selvagens, bárbaras ou cultivadas.

A ideia de ‘selvagem’ é representada pela postura humana na qual o sentimento impera sobre os princípios, que eleva a natureza e despreza a arte. É como pensar naquele que, no convívio social, põe seus anseios acima do equilíbrio cósmico, assemelhando-se a um ser irracional e assim sendo conhecido pela sua selvageria. Enquanto a imagem do ‘bárbaro’ corresponde àquele que destrói em função de seus egoísmos e assim acaba por macular a natureza e o sensível. Aproxima-se do ser capaz de cometer atrocidades e justificá-las a partir de uma racionalidade exacerbada, exterminando os que vão em desencontro a ela. Diferencia-se do ‘selvagem’ a partir da ação movida pela racionalidade, enquanto o primeiro age pela emoção. E, por fim a pessoa ‘cultivada’, se traduz naquele que consegue pôr rédeas ao seu arbítrio, é capaz de honrar a liberdade e é amigo da natureza (SCHILLER, 2002). É, este último, o ser forjado no equilíbrio entre o que existe em excesso nos dois primeiros.

Cada ser humano se insere e participa do contexto social de um modo diferente. Suas visões particulares sobre o mundo e o modo como o desejo surge em cada indivíduo acabam por marcar esse trajeto. Assim, o paradigma do ‘estar junto’, certamente, reside na sobreposição da razão e na priorização dos desejos e vontades particulares a partir da convivência coletiva harmônica e sensível (HAUSER, 1995). Tem-se por vontade, a “faculdade de se determinar a si mesmo o agir em conformidade com a representação de certas leis” (KANT, 2007, p. 67), e considerando, também, que “a vontade não está, pois, simplesmente submetida à lei, mas o está de tal maneira que possa ser também considerada legisladora ela mesma, e, precisamente por isso, então submetida à lei, (de que ela mesma pode ser considerada como autora)” (KANT, 2007, p. 72). Para o autor, vislumbramos o agir pela razão – ou o agir moral – enquanto premissas ao ‘estar no mundo’. Desta forma, a razão kantiana, como guia para a vontade

propulsora do sucesso na perspectiva de uma vida ética, conforme o pensamento aristotélico, encontraria nas sensibilidades a possibilidade de convergência entre o que é comensurável e o que é ligado à subjetividade.

Agora, pensamos na moral como aquela que se constitui exteriormente à pessoa, e que o ser moral é aquele que age a partir de seu julgamento de valor responsável. Assim, age-se a partir da consciência que se tem sobre o que é equitativo ou não, mal ou bom, e pode-se dizer que a moral não segue o impulso do desejo e, portanto, a pessoa fora da moral obedece irracionalmente à sua força de realização e aceita e participa de atos egoístas, chegando, desta forma, cada vez mais longe da liberdade que tanto almejamos. Para Kant (2007), a moral é responsável por regular a maneira como cada um age, tanto em conjunto como individualmente dentro da sociedade, por enquanto a ética estaria ligada ao dever, principalmente o de liberdade, assim como a coexistência com a felicidade e a virtude.

Compreender a liberdade é começar a entender nossas vontades e o modo como elas são conduzidas frente à vontade do outro, o que, ao ser malconduzido, pode promover conflitos. De acordo com Porta (2002, p. 122), experimentamos algumas possibilidades de liberdade e de vontade, a partir das quais:

O ser livre não é aquele que age sem lei alguma, mas aquele que impõe a si mesmo a sua própria lei. Em consequência, um ser livre é um ser racional e vice-versa. A vontade é um modo de causalidade próprio dos seres racionais. A liberdade é uma propriedade da vontade. O que é livre ou não é a vontade. A vontade é livre quando se autodetermina. Uma vontade livre é uma vontade autônoma. Vontade livre e vontade submetida às leis morais são para Kant a mesma coisa. A lei moral não é outra coisa que a legalidade de uma vontade livre.

A formação ética e moral está baseada na intenção do agir. Necessitam refletir valores. É nesse contexto que Vaz (1988) define a ética (*ethos*) como sendo o espaço no qual se constrói o ser humano, um lugar sólido e estável erguido pela própria pessoa por meio das leis, dos costumes e das normas. A ética é, ao mesmo tempo, marcada pela subjetividade e firma um conhecimento por meio do qual somos capazes de diferenciar e dar sentido às coisas e à realidade. Logo, ela circunda o caráter de cada pessoa e rege o comportamento do ser, não o deixando ser influenciado frente às condutas que não condizem com seus padrões morais.

Assim, a pessoa moral é diferenciada de acordo com sua capacidade de julgar e se posicionar a partir destes valores. Em relação ao modo do ser humano se situar na sociedade, Schiller ainda levanta a questão de se fazer uma Constituição, para pessoas que não foram

educadas para compreendê-la, e vivê-la sem sair de sua liberdade tanto política quanto social, reforçando o enobrecimento do caráter como base para essas discussões:

A liberdade política e social é e será sempre o mais sagrado dos bens, o mais digno objectivo de todos os esforços e a ideia essencial de toda a civilização. Mas este grandioso edificio só poderá ser construído sobre o terreno firme de carácter enobrecido, e será preciso começar por criar cidadãos para uma constituição, antes de poder dar a esses cidadãos uma constituição (SCHILLER, 2002, p. 169).

Ao pensar a imagem enobrecida do ser humano – a qual não é imposta, mas apreendida no diálogo entre o *eu*, a realidade e o *outro* – percebemos, a partir da visão nietzschiana, que cada pessoa termina por inibir seus instintos para sobreviver à burocracia do Estado, sendo por meio do medo que ela abdica de elementos de sua natureza humana. Observa-se que a maldade, por exemplo, desconsiderada enquanto parte de nossa natureza, não é trabalhada, e, logo, materializada em atos. Assim, a repreensão acaba por domar a pessoa, mas não a torná-la melhor, fazendo do bem um resultado da falta de oportunidades de exercer o mal e não um estado de espírito que se sente, ou, em outros termos, a bondade enquanto parte da existência. Trata-se de uma cultura que se molda a partir da ideia de um Deus credor e do homem como eterno devedor, que é levada adiante nesta domaçoão do ser e da má formação de sua consciência, o que Nietzsche (1998) relatou ao afirmar que tal prática deixou o ser humano fraco e doente, arrebatando suas forças, sua liberdade e, por fim, sua subjetividade.

A pessoa desenvolve duas tendências psíquicas diante da constatação da impossibilidade do existir sem ser: a primeira é a submissa, onde se obedece a contragosto o que lhe é imposto, possível de expressar rebeldia sobre o fato consumado, o que levaria a sociedade ao caos. A segunda tendência é domada, aquela que foi vencida pelo cansaço doloroso da vida no mundo. Segundo Lukács (2003), Schiller em suas reflexões estéticas superiores acaba por chegar a mais essencial das questões da filosofia clássica, que é compreender a necessidade de se recriar intelectualmente a pessoa em si própria, e que acabou por ser socialmente aniquilado ou subdividido em princípios parciais. Nesse processo de recriar, podemos perceber a necessidade da arte, conforme trazido por Silva (2001), na qual, a partir de princípios éticos, é capaz de levar a um mundo menos repartido e confuso, um acabamento sensível do ser humano, o qual se apresenta na própria beleza.

É com base nessa visão sensível que as subjetividades e as representações de mundo são consideradas. A pessoa começa a entender e a dar sentido ao que faz e ao que seria o seu dever.

Assim, a educação estética se encaminha a um entendimento cada vez mais assente em relação à sua contribuição para que cada ser se veja pertencente ao mundo (SUZUKI, 2014). É a sensibilidade dessa proposta que nos faz aceitar e também compreender que “Quando surge a luz no homem, deixa de haver noite fora dele; quando se faz silêncio nele, a tempestade amaina no mundo, e as forças conflituosas da natureza encontram repouso em limites duradouros” (SCHILLER, 2002, p. 126). Refletindo nessas palavras, a dualística situação da pessoa reside em encontrar-se em si mesmo ou sucumbir às forças externas a ele e então suprimir suas paixões e os desfechos tanto de uma quando de outra das situações destacadas.

Considerando a pessoa em sua necessidade de ampliar plenamente suas potencialidades, pensamos a sensibilidade como sendo o caminho mais seguro e condizente para tal desfecho, uma vez que essa premissa permite que estabeleçamos uma ponte entre nossa essência e o que é externo a nós, de modo a obtemperarmos excitações, pensando no que há fora de nós, o que fazemos todo tempo, com base sempre no que a temporalidade nos tornou. Sendo esse, talvez, o ponto por onde “sabemos que a sensibilidade da mente depende, segundo seu grau, da vivacidade e, segundo sua extensão, da riqueza da imaginação” (SCHILLER, 2002, p. 39) e pelo qual reconhecemos sua desvalorização no mundo ligada diretamente ao fato de que “o homem sem forma menospreza toda graça no discurso como sendo suborno, toda finura no trato como sendo dissimulação, toda delicadeza e grandeza no comportamento como sendo exagero e afetação” (SCHILLER, 2002, p. 54).

Kant (1980) em sua obra *Crítica da Razão Pura*, discute sobre a necessidade da reconciliação do sensível e do inteligível, perfazendo a beleza tanto o que a pessoa sente quanto o que ela pensa. A natureza é bela quando parece ter sentido para quem a observa. Não há beleza sem sensação e sem entendimento. Logo, o belo está presente na natureza e na arte e é a pessoa, a partir de sua formação estética, que patrocina a aproximação do sensível e do inteligível ao conciliá-las a partir do olhar.

Assim, a formação estética contribui para constituição moral da pessoa a partir da intermediação dos recursos sensíveis pelo belo. Nesse trajeto a arte é o instrumento de aperfeiçoamento das sensações, no qual cada pessoa é assumida como um ser em transformação constante em relação à forma como percebe a realidade – o que é afirmado não apenas por Schiller, mas que, também, é afirmado nas palavras de Greuel (1994, p. 154), que: “A arte, em

todas as suas extensões, é, nesse sentido, o caminho da realização do homem e da transformação da natureza como suporte da liberdade humana”.

Considerações finais

A conduta do ser humano se constrói e se constitui a partir de sua noção de valores e julgamentos éticos. Educar-se esteticamente conduz ao agir de acordo com juízos dignificantes de cada ser em seu convívio com o (a) outro(a). A educação estética é um caminho para a formação moral, sensível e política de cada homem e mulher; ela oferece suporte para que cada um assuma e contemple o mundo a partir da sensibilidade, o conhecimento de si mesmo, e perceba seus desejos de maneira responsável.

A arte, assim como as experiências estéticas advindas de sua contemplação, é como um suporte à reflexão mais profunda de mundo e de nossa identidade. O impulso lúdico que Schiller apresenta, por exemplo, é uma importante premissa à compreensão sobre o modo de ver e sentir o mundo ao libertar-nos da ligeireza e da desvalorização que lhe damos e sobre o modo vazio com que o sentimos.

As experiências sensíveis, ao movimentarem a natureza subjetiva do homem e o modo pelo qual constrói suas vivências, podem trabalhar memórias prazerosas, livres e ligadas à outra percepção da pessoa e da realidade. Assim, o racional passaria a compreender as impressões que o sensível ocasiona em um mesmo instante de tempo. Essa ação seria capaz de retirar a pessoa de um estado de dormência, de desvalorização de sua essência sensível, sempre tão subjugada por hermenêuticas que reduzem o ser, seu olhar e suas paixões a noções cada vez mais herméticas.

Ao sentir o belo na arte, permitimo-nos liberar e construir novas ideias a respeito do mundo. Assim como problematizado por Schiller em suas cartas, esse trajeto nos levaria ao autoconhecimento a partir da convergência do racional e do sensível que o belo é capaz de provocar sobre quem contempla. Enxergamos o quão intrigante é o caráter enigmático da vida, e o quanto se faz necessário no aprender a olhar e a sentir as coisas a nossa volta, onde os comportamentos vão se revelando ao passo que vamos conseguindo ver além do alcance da razão – das primeiras impressões, consegue-se aprofundar o olhar sobre as subjetividades do ser, sendo imperioso perceber que não há como se construir tal ato de deleite apenas sendo movidos pela razão reducionista do ato.

A contemplação se enriquece ao tornar possível ao observador captar em si mesmo forças capazes de lhe refinar, a tal ponto que consiga alcançar seu estado de liberdade moral. Desta forma, homens e mulheres passam a conhecer tanto a sua vontade quanto o espaço do(a) outro(a) e perceber que deve haver um limite seguro na realização destas vontades, o que só é possível por meio do conhecimento de nossa própria natureza. Que deve estar bem definida e elevada eticamente, para que assim possamos compreender as dimensões plurais das sociedades.

Mesmo não tendo sido preocupações de Schiller em suas cartas, a problematização desses escritos repercute, na contemporaneidade, na leitura do modelo de sociedades capitalistas em que vivemos, onde o individualismo e a competição podem restringir, significativamente, as ações de liberdade do prazer das ações humanas. Não nos permitimos sentir o mundo, não nos deixamos ser afetados(as) pelo que nos sensibiliza.

Logo, observamos que onde não há espaço para o diálogo, a intolerância se sobrepõe, reina e potencializa o conflito e os antagonismos como marcas do espaço coletivo. Essa premissa reafirma a busca incessante pela formação estética da pessoa, a qual pode contribuir com o processo de formação moral de uma sociedade rodeada de vivências binárias e conflituosas.

O ser humano necessita da arte não por ser um exemplo de sofisticação, mas por reconhecer a pessoa como ser repleto de paixões e que a arte lhe confere a sensibilidade necessária para lidar com as vicissitudes da existência. Compreender o valor da alteridade, das trocas, para um(a) se sentir no(a) outro(a), assim como o(a) outro(a) nele(a). Trata-se de, cada vez mais, afastar-se de noções/pensamentos individual-rationais e pensar o equilíbrio entre o coletivo e o subjetivo.

Referências

- BARBOSA, Ricardo. A especificidade do estético e a razão prática em Schiller. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 112, p. 229-242, dez. 2005.
- BARBOSA, Ricardo. **Schiller e a cultura estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- GREUEL, Marcelo da Veiga. Da “Teoria do Belo” à “Estética dos sentidos”: reflexões sobre Platão e Friedrich Schiller. **Anuário de Literatura**, Florianópolis, v. 2, p. 147-155, 1994.
- HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes (1785)**. Lisboa: Edições 70, 2007.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. Série Os pensadores.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.

NIETZSCHE, F. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, Benedito. **Introdução à filosofia da arte**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.

PORTA, Mario Ariel González. **A filosofia a partir de seus problemas: didática e metodologia do estudo filosófico**. São Paulo: Loyola, 2002.

SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem, numa série de cartas**. 4. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SILVA, Jorge Anthonio e. **O fragmento e a síntese: a estética objetiva de Schiller**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SÜSSEKIND, Pedro. Schiller e os gregos. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, p. 243-259, 2005.

SÜSSEKIND, Pedro. O impulso lúdico: sobre a questão antropológica em Schiller. **Artefilosofia**, Ouro Preto, n. 10, p. 11-24, 2011.

SUZUKI, Márcio. O belo como imperativo. *In*: SCHILLER, Friedrich. **A educação estética do homem, numa série de cartas**. São Paulo: Iluminuras, 2014. p. 9-20.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Fenomenologia do Ethos. *In*: VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de filosofia II: ética e cultura**. São Paulo: Loyola, 1988. p. 121-138.